



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 2173/2007

Tendo em conta que a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento tem por fim o desenvolvimento económico e social de Portugal através da cooperação científica, técnica, cultural, educativa, comercial e empresarial entre Portugal e os Estados Unidos da América:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 168/85, de 28 de Maio, na redacção que lhes foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 45/88, de 11 de Fevereiro, e 90/94, de 7 de Abril, designo para o conselho executivo da Fundação os seguintes membros, eleitos no passado dia 13 de Dezembro de 2006 pelo conselho directivo:

Dr. Charles Allen Buchanan, Jr.
Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Igualmente nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da mesma Fundação, designo como membro do conselho executivo o Dr. Mário António da Mota Mesquita.

Do mesmo modo, nos termos do disposto no n.º 3 daquele artigo, nomeio presidente do conselho executivo o Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

24 de Janeiro de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 2174/2007

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 19 de Janeiro de 2007, proferido no uso dos poderes nele subdelegados através do despacho n.º 14 405/2005, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, perante os artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 286/92, de 26 de Dezembro, que regula o Centro Jurídico — CEJUR, foi nomeado, em nova comissão de serviço, o mestre em Direito João de Freitas Raposo consultor principal do quadro de pessoal do CEJUR, pelo período de dois anos e com efeitos desde 1 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2007. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 2175/2007

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 19 de Janeiro de 2007, proferido no uso dos poderes nele subdelegados através do despacho n.º 14 405/2005, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, perante os artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 286/92, de 26 de Dezembro, que regula o Centro Jurídico — CEJUR, foi nomeado, em nova comissão de serviço, o mestre em Direito Rui António Gomes do Nascimento Barreira consultor principal do quadro de pessoal do CEJUR, pelo período de dois anos e com efeitos desde 1 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2006. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho (extracto) n.º 2176/2007

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 19 de Janeiro de 2007, proferido no uso dos poderes nele subdelegados através do despacho n.º 14 405/2005, do Ministro da Presidência, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, perante os artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 286/92, de 26 de Dezembro, que regula o Centro Jurídico — CEJUR, foi nomeada, em nova comissão de serviço, a mestra

em Direito Maria Cristina Pimenta Coelho consultora principal do quadro de pessoal do CEJUR, pelo período de dois anos e com efeitos desde 1 de Janeiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2007. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Despacho n.º 2177/2007

Considerando que a coordenadora da Unidade Funcional de Relações Institucionais e Apoio ao Conselho de Ministros cessou funções;

Atendendo a que é imprescindível que a coordenação da citada Unidade Funcional seja assegurada:

Designo para exercer as funções de coordenadora da Unidade Funcional de Relações Institucionais e Apoio ao Conselho de Ministros e licenciada Maria do Céu Teixeira Sobral, por um período de um ano, nos termos das disposições conjugadas da alínea o) do artigo 4.º e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 98/2003, de 12 de Maio, sem direito a suplemento remuneratório.

As referidas funções serão exercidas em acumulação com as que vem desempenhando como coordenadora da Unidade Funcional de Estudos, Projectos e Sistemas de Informação na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2007.

5 de Fevereiro de 2007. — O Secretário-Geral, *José Maria Sousa Rego*.

Instituto do Desporto de Portugal

Despacho (extracto) n.º 2178/2007

Por despacho de 11 de Dezembro de 2006 da direcção do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), Maria Manuela Rodrigues dos Santos Fradinho, técnica profissional especialista do quadro de pessoal do ex-Complexo Centro de Estudos e Formação Desportiva, é nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida a confirmação de declaração de cabimento orçamental da 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de técnico profissional especialista principal, da carreira técnica profissional, ficando posicionada no escalão 5, índice 360, com efeitos a partir da data da aceitação do lugar. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2007. — O Vice-Presidente da Direcção, *Rui Xavier Mourinha*.

Despacho (extracto) n.º 2179/2007

Por despacho de 11 de Dezembro de 2006 da direcção do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), Maria do Carmo Rebelo Alves Albino, técnica profissional especialista do quadro de pessoal do ex-Centro de Estudos e Formação Desportiva, é nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida a confirmação de declaração de cabimento orçamental da 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de técnico profissional especialista principal, da carreira técnico-profissional, ficando posicionada no escalão 3, índice 337, com efeitos a partir da data da aceitação do lugar. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2007. — O Vice-Presidente da Direcção, *Rui Xavier Mourinha*.

Despacho (extracto) n.º 2180/2007

Por despacho de 11 de Dezembro de 2006 da direcção do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), Carlos José Salgado Nunes, técnico profissional especialista do quadro de pessoal do ex-Instituto Nacional do Desporto, é nomeado, precedendo concurso interno de acesso limitado e obtida a confirmação de declaração de cabimento orçamental da 1.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de técnico profissional especialista principal, da carreira técnico-profissional, ficando posicionado no escalão 3, índice 337, com

efeitos a partir da data da aceitação do lugar. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Janeiro de 2007. — O Vice-Presidente da Direcção, *Rui Xavier Mourinha*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Alvará (extracto) n.º 27/2007

Para efeitos do disposto no n.º 6.º da Portaria n.º 786/2004, de 9 de Julho, e por referência ao Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho de 13 de Julho de 2006 do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, e cumpridas que foram todas as formalidades legais, foi concedido o alvará n.º 124 C à empresa PRESTIPAL — Segurança Privada, L.ª, com sede em Palmela, Rua de Augusto Cardoso, 54, para o exercício em todo o território nacional das seguintes actividades de segurança privada: a exploração e gestão de centrais e recepção e monitorização de alarmes, bem como a prestação de serviços de resposta ou piquete, previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do citado Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro.

10 de Janeiro de 2007. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florencio*.

3000224577

Alvará (extracto) n.º 28/2007

Alvará de aprovação de uniforme n.º 271/2007

Ao abrigo do n.º 5.º da Portaria n.º 734/2004, de 28 de Junho, faço público que aprovei em 22 de Janeiro de 2007, ao abrigo da subdelegação de competências conferida pelo despacho n.º 4710/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de Fevereiro de 2006, o modelo de uniforme a utilizar pelo pessoal vigilante da empresa Prosegur Activa Portugal, Unipessoal, L.ª, com sede na Avenida do Infante D. Henrique, 326, 3.º, Lisboa, exigido na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral no processo V-10/330.

Por ser verdade mandei passar o presente alvará que faço publicar no *Diário da República*.

22 de Janeiro de 2007. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

3000224797

Despacho (extracto) n.º 2181/2007

Para efeitos do disposto no n.º 6.º da Portaria n.º 786/2004, de 9 de Julho, e por referência ao Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro, torna-se público que, por despacho de 16 de Janeiro de 2007 do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, e cumpridas que foram todas as formalidades legais, foi concedido o alvará n.º 140-C à empresa Prosegur Activa Portugal, Unipessoal, L.ª, com sede em Lisboa na Avenida do Infante D. Henrique, 326, 3.º, para o exercício em todo o território nacional das actividades de exploração e gestão de centrais de recepção e monitorização de alarmes, bem como a prestação de serviços de resposta ou piquete, previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do citado Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro.

22 de Janeiro de 2007. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florencio*.

3000224799

Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana

Rectificação n.º 181/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 292/2007 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2007, rectifica-se que onde se lê «Inf n.º 1826045, Leocádio João da Costa Luz, desde 1 de Janeiro de 2003» deve ler-se «Inf n.º 1826045, Leocádio João da Costa Luz, desde 7 de Janeiro de 2003».

8 de Janeiro de 2007. — Pelo Chefe do Estado-Maior, *Fernando dos Santos Afonso*, coronel de infantaria.

Brigada Territorial n.º 3

Despacho n.º 2182/2007

Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, nos termos dos n.ºs 11 e 11.3 do despacho n.º 99/2005, de 20 de Dezembro, do tenente-general comandante-geral, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 6 de Janeiro de 2006, com o n.º 309/2006, subdelego no comandante da Companhia de Comando e Serviços, tenente de cavalaria Adriano José Torrão Cristiano, as competências relativas aos seguintes actos de gestão orçamental e de realização de despesas:

1 — Autorizar as despesas que hajam de efectuar-se com empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços e bens até ao limite de € 5000, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

2 — Aprovar as minutas de contrato relativas à aquisição de serviços e bens até ao montante da sua competência delegada, representando o Estado na outorga desses contratos, e nomear, para o efeito, o oficial público;

3 — Autorizar a utilização de automóvel próprio nas deslocações em serviço que decorram em território nacional, bem como o processamento do abono correspondente nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 379/90, de 18 de Maio, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 230/93, de 26 de Junho;

4 — Analisar, instruir e decidir todos os requerimentos e reclamações que me sejam dirigidos relacionados com as competências ora delegadas.

5 — A delegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avocação e superintendência.

6 — O presente despacho produz efeitos desde 18 de Dezembro de 2006.

7 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

16 de Janeiro de 2007. — O Comandante, *António José Marque Pires Nunes*, major-general.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Gabinete de Deontologia e Disciplina

Aviso (extracto) n.º 2433/2007

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Setembro de 2006, foi a Luís Filipe de Carvalho, de 34 anos de idade, solteiro, filho de José Carlos de Carvalho e de Maria de Fátima Paredes, natural da freguesia de Sá da Bandeira, concelho de Lubango, agente principal M/143683, do Comando Metropolitano do Porto da PSP, aplicada a pena de aposentação compulsiva.

Esta declaração é feita nos termos do artigo 57.º, n.º 5, do Regulamento Disciplinar da PSP, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de Fevereiro.

27 de Setembro de 2006. — O Director, *Domingos Lourenço*.

Aviso (extracto) n.º 2434/2007

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi a Manuel da Graça Correia, de 49 anos de idade, casado, filho de João Correia e de Rosa Branca da Graça, natural da freguesia de Cambres, concelho de Lamego, agente principal M/132060, do Comando de Polícia de Viseu da PSP, aplicada a pena de demissão.

Esta declaração é feita nos termos do artigo 57.º, n.º 5, do Regulamento Disciplinar da PSP, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de Fevereiro.

26 de Outubro de 2006. — O Director, *Domingos Lourenço*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 2435/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Lizete de Barros Monteiro, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 2 de Maio de 1981, a qual poderá gozar